

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 569, DE 2016 (MENSAGEM Nº 574/2016)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

Autora: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Deputado ARTHUR LIRA

I - RELATÓRIO

Por ocasião da apreciação da Mensagem nº 574, de 2016, submetida à Câmara dos Deputados pela Presidência da República, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional elaborou o Projeto de Decreto Legislativo ora em análise, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

Nos termos da Exposição de Motivos Interministerial que acompanha a Mensagem, o Acordo tem o objetivo de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, ao estabelecer um novo marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e México.

O instrumento internacional contém vinte e seis artigos, que estabelecem as condições operacionais de prestação dos serviços aéreos entre os territórios das Partes. Entre as suas disposições, destaca-se a previsão de que as tarifas para os serviços de transporte aéreo sejam sujeitas às regras do país de origem do tráfego.

Após sua apresentação e aprovação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o projeto de decreto legislativo foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Viação e Transportes, foi aprovado por unanimidade parecer favorável ao Acordo.

A matéria é de competência do Plenário e tramita em regime de urgência (RICD, art. 151, I, j).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2016, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu art. 32, IV, a, em consonância com o art. 139, II, c.

No tocante à constitucionalidade formal, ressalta-se que a Constituição Federal, em seu art. 84, VIII, outorga competência privativa ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da Carta Magna dispõe ser competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Em suma, compete ao Poder Executivo assinar o Acordo, cabendo ao Congresso Nacional sobre ele decidir, por meio de projeto de decreto legislativo. Não há, desse modo, vícios de competência a assinalar.

Quanto à constitucionalidade material, nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do Acordo em análise. O Acordo está em consonância com as disposições constitucionais vigentes, em especial com os princípios previstos no art. 4º da Constituição Federal, que regem as relações internacionais do País.

Quanto à juridicidade, não há quaisquer objeções. Ademais, o projeto de decreto legislativo em análise é bem escrito e respeita a boa técnica legislativa.

Em que pese não competir a essa Comissão de Constituição e Justiça, a análise do mérito da matéria, não podemos nos furtar em assentar que o Acordo sobre Serviços Aéreos viabiliza o transporte internacional de passageiros, bagagens, cargas e malas postais, prevendo a designação das companhias aéreas nacionais a prestar os serviços entre os territórios das Partes. Acordos dessa natureza contemplam as chamadas “liberdades do ar”, em consonância com as bases técnicas e jurídicas estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional.

Inovações significativas são introduzidas no tocante à abertura de mercados na aviação civil internacional, com dispositivos que visam a abrir os

mercados das partes signatárias às companhias aéreas designadas, suprimindo, de forma gradual, exigências associadas à defesa dos mercados internos, relativas a rotas, frequências de voos e tarifas.

Nesse sentido, corroborando com o apontado na Exposição de Motivos Interministerial nº 00148/2016 MRE MTPA, nos filiamos ao entendimento de que o Acordo aprimorará a prestação de serviços aéreos entre os territórios das Partes e certamente contribuirá para o adensamento das relações Brasil - México nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado **ARTHUR LIRA**

Relator